

O MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA (1972-1995)*

*Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles***
*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas***

Resumo

A criação do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás há que ser entendida no cenário histórico da década de 1970, quando se vivia um clima de efervescência cultural em Goiás. No presente trabalho, busca-se contextualizar essa iniciativa e traçar breve histórico da evolução do curso, ao longo de 23 anos de funcionamento. Paralelamente, procede-se à avaliação preliminar de sua contribuição à História Regional e à História do Brasil.

Ao encetarmos a abordagem histórica do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, cumpre-nos refletir, detidamente, sobre o passado recente, a fim de compreendermos os motivos mais profundos da criação desse curso, em 1972.

A UFG contava, então, poucos lustros de existência, carecendo ainda de instalações e equipamentos que viabilizassem seus cursos de graduação, nos quais são ensaiados os primeiros passos do conhecimento científico. Não obstante, ousou essa iniciativa arrojada. Nesse contexto, a criação do Mestrado não foi audácia, foi temeridade. Mas aconteceu. Claudicante no início, carente de professores e bibliotecas especializadas, por um milagre o curso vem se mantendo de pé e a

* Texto ampliado com base na Aula Inaugural do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, proferida pelas autoras em 28.02.1994.

** Professoras visitantes do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás.

contento, apesar das críticas desalentadoras de alguns e graças à crença e ao entusiasmo de muitos.

Reportemo-nos, pois, à conjuntura da época, para compreender e situar a questão.

Valendo-nos de Pierre Villar,¹ verificamos que *conjuntura* significa “a totalidade das condições conjuntas, em que convém colocar um problema, um acontecimento”. Prossegue o mesmo autor: “o historiador, bem como o homem de ação, deve *precisar* incessantemente a *conjuntura geral*, tendo em vista que dados muito remotos em aparência podem influir na compreensão de um momento”. De acordo com Ernest Labrousse, a noção de conjuntura é historicamente explicativa, porque obriga o historiador a olhar além das fronteiras da região estudada, afastando-o de interpretações ingênuas, ligadas à política ou à personalidade de alguns.

É, portanto, útil à nossa compreensão do momento questionar a conjuntura geral do processo histórico global e espontâneo. É o que ocorre, por exemplo, quando uma decisão individual coloca em pauta fatores complexos, cuja eficácia depende da conjuntura em que se insere. Em esboço sucinto, lembremos os ciclos econômicos de 50 anos – denominados Kondratieff² – compostos, em média, de 25 anos de decréscimo e 25 anos de desenvolvimento econômico. No período de ascensão, a economia pode proporcionar o crescimento das atividades comerciais e industriais, bem como promover impulsos sociais e culturais. Na fase de decréscimo, verifica-se relativa estagnação da economia.

No mesmo sentido, reportando-nos a François Simiand – que determinou os períodos longos de fase A e B Kondratieff – constatamos que, nessa mesma época, são verificadas oscilações de *ciclo curto* ou intradecenal, estes estudados por Juglar.

Pierre Villar chama a atenção para a multiplicidade de ciclos, o que torna tal análise extremamente delicada, oscilante às vezes, e, portanto, de difícil precisão. Atualmente, a tecnologia avançada levou os economistas a compreenderem a existência do processo de *konjunkturlos, self-sustained*, sem retrocessos, uma forma de superação do mecanismo dos ciclos conjunturais.³

É o que vamos verificar, tratando-se do Mestrado, instituição inerentemente arrojada para a época. Arrisquemo-nos a entendê-la com vistas à economia e à política mundiais, com reflexos muito relevantes para o Brasil e para Goiás.

2 SALLES, Gilka V. F. de; FREITAS, Lena C. B. Ferreira de. O Mestrado em História...

Tomemos como ponto de partida a década de 50, até chegarmos aos meados da década de 70, ou seja, aproximadamente vinte anos marcados pela ascensão econômica mundial.

Durante os dez anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial (1945-1955), o Plano Marshall revigora a economia européia, logrando revitalizar suas atividades produtivas e comerciais. A Comunidade Econômica Européia torna-se o maior centro econômico do ocidente europeu, num esforço conjunto com o capital americano, para combater o comunismo soviético que ganhava terreno. À mesma época, o auxílio econômico ao Japão, liderado pelo Gal. MacArthur, reativa sua economia de pós-guerra, para fazer frente ao comunismo chinês que se expandia no Oriente.

Na década de 60, findam as guerras da Coréia e do Vietnã, e o capital ocidental desdobra-se em atividades reconstrutivas naquelas áreas orientais. mundo conturbado emerge de suas desditas bélicas, renasce das próprias cinzas, revitalizado e entusiasta, numa sinfonia expressiva de vitória da própria vida no cenário da História.

O revigoramento do Ocidente e do Oriente tem acentuados reflexos nas atividades econômicas das demais regiões, inclusive, com certa expressão, da América Latina. No que diz respeito ao Brasil, esse crescimento da economia mundial, com a retomada do desenvolvimento, possibilita novos empréstimos e investimentos internacionais no País.

Nessa conjuntura, Juscelino Kubitschek pôde realizar *50 anos em 5* de governo, com a construção da nova Capital da República, inaugurada em 1960, além da implantação da indústria automobilística e de uma rede de estradas de rodagem, de Norte a Sul do país. Ativaram-se as relações comerciais dos principais pólos econômicos do Brasil, com forte impulso para a instalação de novas indústrias. Grandes levas migratórias deslocaram-se para o Meio-Oeste.

Duas ideologias antagônicas dividiam o mundo e, igualmente, os meios educacionais: o socialismo do Leste europeu e o sistema educacional vinculado ao capitalismo europeu ocidental e norte-americano. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, encaminhada ao Congresso Nacional em 1948 pelo Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, foi afinal aprovada e sancionada em dezembro de 1961. Um texto ambíguo, que tentava conciliar os interesses das diversas facções político-ideológicas presentes no meio educacional.⁴

Conforme referido anteriormente, a economia mundial encontrava-se em pleno vigor, na década de 60, não obstante persistissem guerras localizadas e setoriais. Torna-se evidente o reflexo desse crescimento econômico no Brasil, na área educacional. O acordo MEC-USAID privilegiou a influência norte-americana no sistema de ensino brasileiro, o que provocou acirradas polêmicas entre educadores e políticos. Afinal, o acordo foi implantado à revelia de muitos.

As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras surgiram no País a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931). Seus cursos inovadores propunham-se o cultivo das *ciências puras*, bem como a prática da investigação científica em áreas até então não contempladas – ou pouco desenvolvidas – no Brasil. Aos *bacharelados* somavam-se as *licenciaturas*, com a finalidade de formar professores e especialistas em educação. Multiplicaram-se tais escolas, acanhadas e provincianas, mas tendo por paradigmas as chamadas *grandes faculdades*, em especial a Faculdade Nacional de Filosofia (RJ) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP), estruturadas sob a influência de visitantes estrangeiros.⁵

Em que pese a improvisação dominante em seus primeiros tempos, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras passaram a funcionar em quase todas as unidades da Federação, nas décadas de 40, 50 e 60. Como estabelecimentos oficiais ou particulares, foram criadas mais freqüentemente sob a forma de escolas isoladas, voltadas para a formação de docentes de ensino médio. Em sua rápida e um pouco tumultuada expansão, fundamentaram a disseminação do ensino superior no interior: nos anos iniciais da década de 30, eram apenas 2; 15 anos depois, chegavam a 40, espalhadas pelas capitais e cidades de maior porte.

Tais escolas contribuíram para a difusão de idéias e práticas educacionais de vanguarda, pois que os *Pioneiros da Escola Nova* – que se constituíam em grupo avançado da educação brasileira – integravam o corpo docente daquelas instituições tidas por modelares, exaustivamente copiadas pelas demais faculdades em sua organização e seus métodos. Dentro de sua modéstia, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não se vinculavam a nenhuma tradição conservadora, motivo pelo qual cedo desenvolveram estudos e pesquisas inovadoras nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências da natureza. Inicial-

mente, atuaram como transmissoras de idéias e de conteúdos; na etapa seguinte, passaram a cultivar a pesquisa ao lado do ensino, em tentativas bem sucedidas de criação e divulgação de novos conhecimentos.

Em Goiás, o ensino superior desenvolveu-se lentamente. Condiçõamentos geográficos e históricos mantiveram isolada a antiga capitania – depois província e estado de Goiás –, dificultando o desenvolvimento de projetos mais ambiciosos no setor educacional. Mesmo assim, em 1903 foi instalada a Academia de Direito na antiga Vila Boa, onde também funcionaram cursos de Farmácia e de Odontologia, transferidos depois para a nova capital do estado.⁶

A primeira Faculdade de Filosofia instalada em Goiânia data de 1948, graças à iniciativa do arcebispo D. Emanuel Gomes de Oliveira. Seria essa instituição o embrião da Universidade Católica de Goiás (UCG), que se antecipou à Universidade Federal de Goiás (UFG), criada esta em 1960 por Juscelino Kubistchek. Dois anos mais tarde, a UFG passou a ter também uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de Letras, Ciências Sociais e Pedagogia. Somente depois do malogro do Centro de Estudos Brasileiros, desativado em 1964, funcionou o curso de Geografia e História.

Com a reforma educacional deflagrada através das leis n.º 5540/68 e 5692/71, desmembrou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG, dando origem à Faculdade de Educação e a diversos institutos básicos, dentre eles o Instituto de Ciências Humanas e Letras que, desde 1969, passou a ministrar a licenciatura e o bacharelado em História. Por essa época, o Conselho Federal de Educação disciplinou nacionalmente, pela primeira vez, a pós-graduação.⁷ A partir de então, os candidatos a mestre ou doutor deveriam freqüentar cursos regulares, de pós-graduação *stricto sensu*, como requisito prévio para se habilitarem à titulação. Até esse momento, os poucos doutorados existentes no País seguiam o modelo europeu, centralizado na elaboração e defesa de tese perante banca qualificada.

De forma realmente incomum, a partir de 1972, o recém-criado Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG começou a oferecer também os cursos de Mestrado em Letras e em História, este com os objetivos de formar pesquisadores e docentes, explorar e valorizar os arquivos regionais e contribuir para a reelaboração da História Regional e da História do Brasil. A explicação para esse salto de etapas só poderia

ser entendida se integrada à conjuntura nacional e esta ao âmbito mundial. De outra parte, cumpre lembrar que a aceleração do tempo histórico ocorre, com certa frequência, em regiões de fronteira humana e cultural, sendo este o caso de Goiás.

O ímpeto realizador da década de 60 teve seus pontos penosos. O regime inaugurado em 1964 imprimiu mudanças radicais ao ensino e na vida brasileira. Não parece pertinente abordar aqui a questão, pois que, independentemente das vicissitudes políticas, desde o início da década de 60 tinha lugar, no País, significativo impulso cultural, o qual continuou a afirmar-se, sem perda de ritmo.

Na área da História, os Simpósios Nacionais da ANPUH – Associação Nacional de Professores Universitários de História – promoviam e incentivavam o trabalho de campo e as pesquisas nos arquivos, proporcionando descobertas importantes e originais. Ao mesmo tempo, ainda sob a liderança das universidades de maior porte e tradição, professores europeus e norte-americanos eram convidados para ministrarem cursos no País, muitos deles voltados para inovações teóricas no âmbito das Ciências Humanas, com reflexos relevantes nas áreas do ensino e da pesquisa.

Nesse período, fundamentalmente associadas ao ensino, as pesquisas programadas pelos Departamentos de História da UFG e da UCG visavam sobretudo à reformulação da História de Goiás, através de estudos monográficos e teses, alguns dos quais desenvolvidos como parte das exigências de doutoramento de diversos docentes, que buscavam aperfeiçoar-se em outros centros, no país ou no exterior.

O curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias teve início em 1972, mediante convênio com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, detentora de sólida tradição de ensino, pesquisa e pós-graduação. Forte impulso determinante de sua instalação ocorreu quando da realização, em Goiânia, naquele ano, do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). Convencida da necessidade da implementação de estudos pós-graduados em Goiás, a Diretoria do ICHL – então exercida pelas autoras do presente trabalho, professoras Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, como diretora, e Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, como vice-diretora – encontrou receptividade à idéia no entusiasmo realizador do professor Eurípedes Simões de Paula, diretor da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e organizador daquele conclave.

Paralelamente às gestões que se desenvolviam junto à USP, consultou-se igualmente a Reitoria da UFG, que declarou não se opor à iniciativa, mas alertou para o fato de inexistirem recursos orçamentários ou financeiros para esse projeto. A Congregação do ICHL foi convocada para decidir sobre a matéria, de grande interesse dentro do contexto do programa de titulação docente que a UFG então desenvolvia, com o apoio do Ministério de Educação e Cultura, concedendo avultado número de licenças remuneradas e bolsas de estudo aos docentes que se propunham ausentar-se de Goiânia, para esse fim. Para os professores que, em razão do interesse das aulas e/ou por motivos particulares não podiam deixar Goiânia, a única solução para aperfeiçoamento e titulação seria a vinda de uma *missão* de docentes altamente qualificados, os quais aqui ministrariam cursos, com vistas à implantação de cursos de pós-graduação em História, Letras e Antropologia. Foram privilegiadas essas áreas pela riqueza de elementos que oferecem, em Goiás, para estudos e pesquisas de cunho original.

Ao mesmo tempo, decidiu a Congregação que, dada a inexistência de recursos da UFG para atender às despesas do convênio a ser firmado com a USP, os próprios docentes custeariam a vinda da *missão* paulista. Isto posto, a Diretoria do ICHL conseguiu a aprovação dos órgãos superiores da Universidade Federal de Goiás e os cursos puderam ter início. É preciso ressaltar, contudo, que a Reitoria recuou de sua posição inicial e determinou que fossem pagas com verbas da UFG as despesas de passagem, hospedagem e remuneração dos professores visitantes paulistas. Vale registrar, outrossim, que os docentes enviados pela USP, na vigência do convênio, integravam a elite de intelectuais e pesquisadores daquela instituição – dentre outros, os professores Alfredo Bosi, João Batista Borges Pereira, Laima Mesgravis e Shozo Motoyama. Das atividades de pós-graduação assim iniciadas originaram-se os cursos de Mestrado em História e em Letras, bem como o Museu Antropológico da UFG, todos hoje consolidados.

Ao iniciar-se a década de 70, viveu-se extraordinário movimento cultural em Goiás. A conjuntura internacional propiciava o intercâmbio de docentes, graças à emulação existente entre países que disputavam exercer influência sobre o Brasil, o qual despontava como nação

emergente, em acelerado processo de desenvolvimento. Vale lembrar, a título de exemplificação, a presença de *maîtres de conférence* ao lado de brasileiros de renome internacional que participaram de eventos promovidos pelo ICHL: Roland Barthes, T. Todorov, Sérgio Buarque de Hollanda, Silvio Elia, etc. Docentes ingleses, alemães, canadenses, italianos e portugueses também colaboraram em cursos de especialização, palestras e semanas de estudo.

Por essa época, todavia, o Instituto precisou abandonar seu próprio prédio, há pouco inaugurado, o qual apresentava risco de vida, com trincamentos e rachaduras consequentes de construção defeituosa e irresponsável. Para que se realizassem os reparos e reforços necessários, administradores, alunos e professores enfrentaram diversas mudanças, em busca de local para abrigar a instituição. Assim é que estivemos instalados sucessivamente no antigo Seminário (Centro de Formação de Líderes), na Escola de Enfermagem da Universidade Católica, na Escola de Agronomia da UFG e até no Hospital Veterinário.

Na fase inicial do Mestrado, foi coordenador do curso o Pe. Luis Palacín Gómez, doutor e livre-docente em História. Professores visitantes – notadamente da USP – ministravam as disciplinas, mediante remuneração que se fazia sob a forma de *cachets*. Nessa primeira etapa, não havia restrição à afluência de candidatos. Os cursos tinham 30 alunos, aproximadamente. Muitos destes deslocavam-se periodicamente para São Paulo, a fim de se encontrarem com o orientador de suas dissertações. Trabalhos eram enviados pelo correio, através do qual vinha também o ‘veredito’ do professor sobre os textos elaborados pelos mestrandos.

Essas dificuldades preliminares foram superadas, aos poucos, com a volta de alguns docentes do ICHL, à medida que se doutoravam. A partir de 1974, cessou o convênio com a USP e o Mestrado tornou-se autônomo, sob exclusiva responsabilidade da UFG. Aqueles que concluíram suas dissertações na vigência do convênio, quando desejassem prosseguir estudos, em nível de doutoramento, deveriam requerer a validação dos cursos concluídos, com base em apreciação curricular individual, realizada pelo Departamento de História da USP.

Até 1973, vivia-se aparente euforia durante os governos militares, falando-se em “milagre econômico brasileiro”. A Universidade refletia essa situação, sendo que, na época, deu-se início à construção do campus Samambaia, com verbas nacionais e internacionais. Vários

edifícios foram erguidos para abrigar os institutos básicos. O ICHL – visto que o prédio que ocupava no Campus I continuava em obras – foi a primeira das unidades a transferir-se provisoriamente para a nova sede, em instalações do Instituto de Matemática e Física, enquanto se concluíam os pavilhões ocupados atualmente pela Administração e áreas de Comunicação e Ciências Humanas.

A euforia do “milagre brasileiro”, entretanto, estava prestes a desfazer-se, com a crise do petróleo associada ao golpe de Estado encetado por Muḡammad al-Kadhafi, na Líbia, levando à instalação de embargos e pressões para o aumento do preço do petróleo.⁸ Nos anos 70, época de extraordinário consumo, o preço do barril era de US\$1,80. Dez anos depois, como resultado da política da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), chegou a custar US\$ 32 e continuou a subir. Em conseqüência dessa mudança, instalou-se a crise econômica, com acentuada influência sobre a indústria mundial. O desemprego em massa e a recessão prenunciavam o início da fase B – de decréscimo – do ciclo Kondratieff na conjuntura econômica mundial.

Os reflexos da crise no Brasil foram imediatos: racionamento de combustível, retrocesso econômico, pressão dos bancos internacionais para o recebimento dos débitos concedidos nos anos anteriores. As despesas do governo foram refreadas e, naturalmente, a educação sofreu o impacto dessa medida.

Ao longo da década de 70, o Brasil desenvolveu pesquisas para substituir a gasolina pelo álcool etílico, viabilizando a continuidade da indústria automobilística por meio da fabricação de veículos com motor a álcool. Não obstante essa descoberta, a crise continuou e, de certa forma, aprofundou-se com a recessão que se instalara.

No final de 1973, a crise instalou-se também no Mestrado, cuja existência passa a ser ameaçada pela falta de recursos para pagamento dos professores visitantes, ainda necessários, tendo em vista que o corpo docente titulado do ICHL era insuficiente para atender integralmente às necessidades do curso. De forma recorrente, pressões diversas manifestavam-se, sobretudo no âmbito interno do Departamento de História, bem como na administração do ICHL e da UFG, no sentido de extinguir-se o Mestrado, sob a alegação de fazer-se necessário priorizar a graduação. Na verdade, falta de recursos e alegadas preocupações didático-pedagógicas camuflavam a intenção de determinados setores

da Universidade, no sentido de apagar realizações que pudessem ser atribuídas a indivíduos ou grupos que não privilegiavam a política partidária no meio acadêmico.

Podemos retomar aqui as mudanças referentes ao ciclo, auferido na moderna economia e denominado *self-sustained* ou *konjunkturlos*. Com os próprios recursos locais, sob o impulso criativo dos que acreditavam no Mestrado, foi possível superar, em parte, a crise. O curso resistiu e consolidou-se, ainda que muitas das suas falhas e deficiências – algumas das quais ainda presentes – devessem estar sanadas há mais tempo, não o sendo pela falta de decisão *interna corporis* no sentido de consolidá-lo. Enfrentando crises continuadas durante sucessivos reitorados, diretorias e chefias de Departamento, o curso apoiou-se sobretudo na coesão dos docentes que o integravam, cientes de que, no seio da Universidade, há que se privilegiar a qualidade do ensino e da pesquisa, viabilizar a produção científica e preservar a liberdade acadêmica. Balizando-se nesses parâmetros, o Mestrado – hoje Programa de História das Sociedades Agrária – mantém-se em funcionamento até o corrente ano, produzindo estudos e dissertações, formando pesquisadores e docentes, inclusive para o curso de graduação em História da própria UFG bem como de outras instituições oficiais ou particulares.

Em 13 de fevereiro de 1974, deu-se a apresentação da primeira dissertação de Mestrado, orientada pelo professor Dr. Shozo Motoyama e julgada por banca examinadora composta por docentes da Universidade de São Paulo. A histórica defesa realizou-se no auditório do ICHL, no campus Samambaia. A professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles foi a primeira mestranda titulada pela UFG. O curso já contava dois anos de existência e mostrava suas potencialidades. Outras defesas seguiram-se até 1980, quando se concluiu ser necessário proceder a mudanças no Mestrado, que assim ingressa em sua segunda etapa.

De 1972 a 1980, o curso definia-se como de História do Brasil, *lato sensu*. As dissertações desse período indicam temas muito diversificados em áreas de interesse da Filosofia, do Serviço Social, da História da Arte, da Administração, Política e Economia, embora a maior parte dos trabalhos visasse à História de Goiás. Uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a CAPES e o CNPq: o curso mostrava-se incharacterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicassem, de forma precisa, suas linhas norteadoras. Em 1980, em reunião do Conselho de Professores do Mestrado, aventou-se a mudança da área de concentração.

Por proposta do professor Pe. Luis Palacín, a área de concentração foi definida como sendo a História das Sociedades Agrárias, *lato sensu*, por corresponder às raízes econômicas regionais, bem como às do Brasil como um todo. Essa escolha, ainda que ampla e potencialmente rica, tornou preciso e específico o campo de trabalho do Mestrado. Explícitaram-se também suas linhas de pesquisa, a saber: Movimentos Sociais no Campo, História das Relações de Trabalho e Teoria e Metodologia da História.

A escolha da área de concentração encontra suporte em conceitos históricos e sociológicos, trabalhados por Maria Izaura Pereira de Queiroz⁹ e recolhidos principalmente de Redfield,¹⁰ Mendras¹¹ e Lefebvre¹². Assim, a História das Sociedades Agrárias há que ser entendida como aquela voltada para o estudo de grupos sociais que se caracterizam pela coexistência da cidade e do campo, mas com o domínio deste sobre aquela. Nas sociedades agrárias, a cidade existe como centro consumidor e político-administrativo, o qual, organizando e governando o meio rural, é por este condicionado. Nelas, as relações emocionais/afetivas convivem com relações indiretas e indiferentes, ainda que prevaleçam as primeiras. A hegemonia do campo expressa-se tanto do ponto de vista demográfico como econômico, pois que avulta a produção do meio rural ou a ele vinculada, a qual ocupa o maior número de indivíduos economicamente ativos.

Nessa perspectiva, a História das Sociedades Agrárias comporta o estudo de quaisquer grupos sociais, da Antigüidade aos dias atuais, que se caracterizem como voltados predominantemente para atividades agrárias e com a prevalência dos valores rurais sobre os urbanos. Grande número de trabalhos nas diversas áreas das Ciências Humanas seguem essa vertente. Na França, por exemplo, a sociedade rural, em perspectiva sincrônica ou diacrônica, tem sido objeto de investigações que resultam em artigos, ensaios e livros produzidos por especialistas diversos: antropólogos, historiadores, sociólogos, etc. Esses trabalhos, geralmente de cunho regional, não se esgotam, todavia, no fato rural – quer dizer, agrícola, limitado à produção e às técnicas de amanho do solo. Seu horizonte é mais amplo, incluindo o espaço geográfico, como cenário e como indutor das atividades que condicionam as estruturas; os indicadores sociais das estruturas modeladas pela relação com a terra; a própria especificidade dessas estruturas e estratificações sociais e assim por diante.

No Brasil e em Goiás, particularmente, coexistem vários tipos de sociedade – tribal, agrária, urbana – interligados por processos dinâmicos que dão ao todo fisionomia peculiar. Nesse contexto, torna-se possível o estudo da cidade e do campo não como unidades paralelas e interligadas, mas como uma só realidade, em arranjos variados, com predominância de uma ou de outra, de acordo com o momento histórico e o espaço em que se desenvolvem.

Definida a nova área de concentração, foi elaborado outro Regulamento para o curso, com inovadora grade curricular. Com vistas a atendê-la, os docentes que cursavam doutoramento na Universidade de São Paulo reativaram seus estudos sobre a História das Sociedades Agrárias. Houve intensa e profícua auto-reciclagem dos professores do Mestrado, inclusive com a adequação e atualização de suas bibliotecas particulares, mediante a aquisição de obras especializadas. Programas de ensino foram reelaborados e ajustados à temática do curso. Com esse esforço e a presença de professores visitantes de outras Universidades, o Mestrado teve prosseguimento.

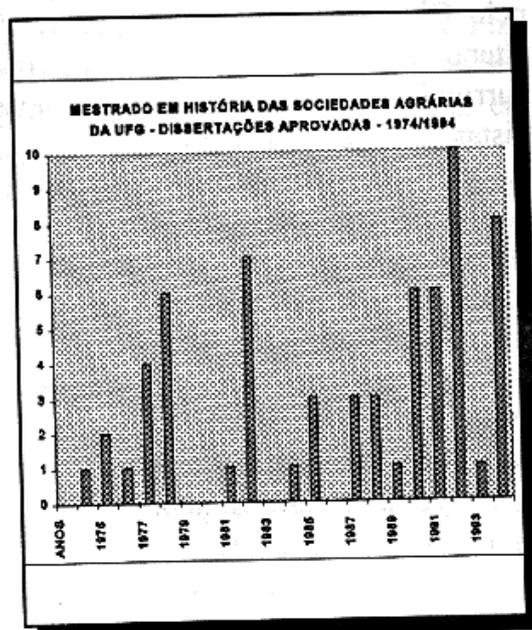
Seus sucessivos coordenadores peregrinaram incansavelmente a Brasília e ao Rio de Janeiro. Junto aos órgãos financiadores de pesquisa e pós-graduação, pleitearam recursos para equipar e melhorar o Mestrado, sobretudo sua biblioteca, carente de livros e periódicos especializados. O atendimento não correspondeu às expectativas: as respostas eram evasivas ou nos destinavam verbas diminutas, sob o pretexto de ser a UFG uma universidade sem maior expressão. A despeito dessa atitude de menosprezo pelo trabalho que aqui se desenvolvia, algumas conquistas merecem registro, tal como a fundação da Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras, para divulgação dos trabalhos dos docentes. Foram tantas as barreiras e entraves postos para a concretização dessa iniciativa que somente em 1981 – ou seja, vários anos depois de criada – foi afinal editado o número 1 da revista, a qual continuou a ser publicada, ainda que a intervalos não muito regulares. Não será exagero afirmar que foram os professores, alunos e administradores – com as virtudes humanas da perseverança e da fé – os responsáveis pela sobrevivência e pela melhoria do Mestrado em História das Sociedades Agrárias.

A partir da aprovação da primeira dissertação e até o final da primeira etapa do Mestrado em História da UFG – ou seja, de 1974 a 1980 – contam-se 14 dissertações defendidas por alunos e aprovadas;

entre 1981 e 1994, mais 50 trabalhos foram apresentados, com a média de 3.1. dissertações/ano.

O quadro a seguir ilustra a matéria:

ANOS	Número de dissertações aprovadas
1974	1
1975	2
1976	1
1977	4
1978	6
1979	0
1980	0
1981	1
1982	7
1983	0
1984	1
1985	3
1986	0
1987	3
1988	3
1989	1
1990	6
1991	6
1992	10
1993	1
1994	8



FONTE: Catálogo de Dissertações de Mestrado (1974/1991), UFG, ICHL, 1991. Dissertações de Mestrado. Dados Complementares, 1993, datilogr. Secretaria do Mestrado, 1994.

Essa produção mostrou-se descontínua ao longo do tempo, conforme evidenciam os quadros acima. Relativamente à temática desenvolvida pelos mestrandos, constata-se que, a partir da definição da área de concentração como História das Sociedades Agrárias, em 1980, consolidou-se a tendência à regionalização das dissertações, ao mesmo tempo que passaram a predominar temas contemporâneos e/ou relativos aos dias atuais

O Mestrado em História das Sociedades Agrárias foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação e atualmente conta com apoio da CAPES e do CNPq, que concedem bolsas aos mestrandos, assim incentivando seus estudos e, ao mesmo tempo, viabilizando a própria continuidade do curso. As recomendações e exigências de consultores desses órgãos, que periodicamente nos visitam, são sempre bem-vindas e atendidas, na medida das graves limitações orçamentárias, que persistem. Em 1985, 1987 e 1988, foram editados sucessivos Regulamentos. O primeiro (1985) para viabilizar o credenciamento do curso pelo CFE e os dois últimos (1987/1988) para introduzir sobretudo alterações de natureza curricular, com a finalidade de aperfeiçoar o currículo, segundo sugestões recebidas de visitantes da CAPES, com vistas à avaliação do curso.

Recentemente, novo Regulamento foi aprovado, atualizando as normas que presidem o Mestrado, como parte de programa que inclui atividades mais amplas e diversificadas. Redefiniram-se também suas linhas de pesquisa, a saber: História e Região; História da Terra e do Trabalho; História das Relações Cidade/Campo.

A despeito dos trabalhos desenvolvidos durante anos, por alunos, professores e coordenadores, que não mediram e não medem esforços no sentido de consolidar o Mestrado, as dificuldades persistem, como resultado do não atendimento a sugestões e reivindicações feitas pelos diversos coordenadores e pelo Colegiado de Professores do Mestrado. Assim é que só muito lentamente vem sendo minorada a falta de recursos para a aquisição de equipamentos, de livros e de periódicos. A biblioteca, contudo, continua insuficiente, ainda que tenha melhorado substancialmente, graças a doações feitas por professores e ao repasse de taxas acadêmicas provenientes de órgãos externos à Universidade. Os obstáculos à publicação das dissertações e textos produzidos também não foram afastados, muito embora o Cegraf – Centro Editorial e

Gráfico da Universidade Federal de Goiás – esteja empenhado em divulgá-los na coleção *Documentos Goianos* ou através de livros da sua editora. Providências foram encetadas internamente, bem como outras são solicitadas aos órgãos competentes, com vistas a minimizar esses entraves, mas a conjuntura nacional, que determina a contenção de gastos e a redução de pessoal, torna mais demorada a solução de muitos dos problemas.

Desde 1991, a aposentadoria de grande número de docentes titulados, alguns deles fundadores, tornou mais aguda a falta de professores especializados para o curso. Essa circunstância reflete-se, igualmente, na redução da produção científica do pessoal docente, assoberbado com elevada carga horária de aulas na graduação e na pós-graduação. Tais empecilhos, contudo, não de ser vencidos, para que seja obtido o reconhecimento acadêmico do Mestrado como centro de estudos e pesquisas, formador de historiadores e de professores para o ensino médio e superior. É gratificante constatar, outrossim, que é de harmonia e cooperação o relacionamento entre o Programa de Pós-Graduação e o Departamento de História. De igual modo, registre-se o apoio da atual administração superior da Universidade, empenhada em consolidar o Programa de História das Sociedades Agrárias.

Até a década de 70, a produção historiográfica em Goiás mantinha-se rigorosamente factual, com ênfase na história política, consagrada de nomes, acontecimentos e datas. Raras exceções confirmavam a regra. Em 1972, a defesa da tese de livre-docência do professor Pe. Luis Palacín – também a primeira a realizar-se no ICHL, depois publicada com o título *O Século do Ouro em Goiás* – constituiu-se em ponto de inflexão, a partir do qual novos temas e novas abordagens passaram a ser contemplados, com a realização de pesquisas em fontes primárias e secundárias. Muitos dos professores do Mestrado em História publicaram livros, monografias, ensaios e artigos, somando dezenas de títulos. Os mestrandos, por sua vez, têm explorado igualmente os arquivos locais; algumas das dissertações de Mestrado foram publicadas e oferecem contribuição valiosa à História Regional. Nos últimos anos, candidatos procedentes de Minas Gerais, do Estado do Tocantins e do interior de Goiás ingressaram no Mestrado, o que indica a possível ampliação das fronteiras geográficas e culturais a serem trabalhadas.

Cabe assinalar, à guisa de conclusão desse breve histórico, que o Mestrado em História das Sociedades Agrárias tem acompanhado, registrado e analisado o fenômeno da modernização rural do Brasil, no Centro-Oeste, com a introdução de tecnologias avançadas e modernos conceitos de administração e gerência na lida agropastoril. Essa conjuntura assemelha-se ao que aconteceu com a marcha do capital no sul da África, dando origem às lutas entre *boërs* ingleses pela posse de fazendas e de minas, em 1860. Ainda no século passado, a mecanização da lavoura nos Estados Unidos, após a Guerra da Secessão, gerou conflitos entre a modernização e a tradição, em determinadas regiões, estudadas por Rosa Luxemburgo.

As mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer em Goiás e no Centro Oeste do Brasil estão alterando, de forma acentuada, a economia, a sociedade, os valores e os costumes tradicionais dos camponeses da região, gerando desajustes e conflitos, que são retratados em muitas dissertações de Mestrado. Para esse fim, os autores recorrem aos arquivos, mas também à história oral, através de depoimentos e entrevistas, complementados por documentação fonográfica, filmográfica e iconográfica, a fim de que fique registrada a memória dos protagonistas que personificam a história viva de um mundo que se finda. Este é, sem dúvida, um dos mais relevantes trabalhos que o Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás desenvolve, com vistas à História do Brasil.

Abstract

The creation of the master Degree in Agrarian Historic Societies of Federal University of Goiás, must be understood in the decade of the historic seventies, when one lived in a climate of cultural eferescence in Goiás. In this text, we show a brief evolution of the Course, in its 23 years of existence.

On the other hand, we proceed a preliminary evaluation of this contribution to Regional History and to Brazilian History.

Notas

- 1 VILLAR, Pierre, *Oro y Moneda en la História (1450-1920)*, Barcelona: Ediciones Ariel, 1972, p. 53.

- 2 Idem, p. 54.
- 3 Idem, p. 52.
- 4 ALMANAQUE Abril 1994, Rio de Janeiro: Abril, 1994, p. 159.
- 5 COSTA, Lena Castello Branco F., A educação no Brasil, In: FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (Org.), *História das ciências no Brasil*, S. Paulo: Edusp, Brasília: CNPq, 1981, p. 277-346.
- 6 FREITAS, Lena Castello Branco F., Produção Historiográfica do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, In: da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 13, 1993, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis, SBPH, 1993, p.23-7.
- 7 Os Pareceres n.º 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação reportam-se à conceituação e ao credenciamento dos cursos de pós-graduação no Brasil. Sobre a matéria, consultar: MEC/DAU/CAPES, *Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação. Brasil. Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, s.d.
- 8 SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques, *O desafio mundial*, 5. ed, Trad. Raul de Sá Barbosa, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 36 e seg.
- 9 QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de, *Cultura. Sociedade urbana. Sociedade rural no Brasil*, Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: Edusp, 1978.
- 10 REDFIELD, Robert, *Peasant society and culture*, Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- 11 MENDRAS, Henri, *Sociologie de la Campagne Française*, Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- 12 MENDRAS, Henri, *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- 13 LEFÈBVRE, Henri, *Du rural a l'urbain*, Paris: Ed. Anthropus, 1970.

Referências Bibliográficas

- ALMANAQUE Abril 1994. Rio de Janeiro: Abril, 1994.
- COSTA, Lena Castello Branco F. A educação no Brasil. In: FERRI, M. G., MOTOYAMA, S. (org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, Brasília: CNPq, 1981. p. 277-346.

- FREITAS, Lena Castello Branco F. Produção historiográfica do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 13, 1993, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SBPH, 1993. p.23-7.
- LEFÈBVRE, Henri. *Du rural a l'urbain*. Paris: Anthropus, 1970.
- MENDRAS, Henri. *Sociologie de la Campagne Française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- _____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MEC/DAU/CAPES. *Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação. Brasil. Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, s/d.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Cultura. Sociedade urbana. Sociedade rural no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: Edusp, 1978.
- REDFIELD, Robert. *Peasant society and culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques. *O desafio mundial*. 5. ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- VILLAR, Pierre. *Oro y Moneda en la Historia (1450-1920)*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972.